



DIAGNÓSTICO
SOCIAL
PARTICIPATIVO

COMPLEXO DO BOREL

Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase

Diagnóstico Social Participativo do Complexo do Borel

Equipe Ibase

DIRETOR EXECUTIVO

Athayde Motta

DIRETORA ADJUNTA

Rita Corrêa Brandão

COMUNICAÇÃO

Iracema Dantas

SECRETARIA GERAL

Iris Patrícia Caridade

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Luiz Claudio Aragão

Equipe do Projeto

Cidadania Ativa e

Acesso à Justiça (CAAJ)

COORDENADORA GERAL

Rita Corrêa Brandão

COORDENADORA TÉCNICA

Manuela Amaral

PESQUISADOR

Robson Aguiar

AUXILIAR DE PESQUISA

Luiz Henrique Souza

Pereira

Equipes dos territórios

Complexo do Borel

SUPERVISOR

Renan Oliveira Santos

ARTICULADORAS(ES)

Blenda Lima Paulino

Pedro Antônio

Casimiro André

Luiz Carlos R. de Souza

Walesca da Silva

Marques

Jardim Gramacho

SUPERVISORA

Maria Rosinete dos

Santos

ARTICULADORAS(ES)

Eliane Souza Zarino

Lorena Rosa Xavier

Sidney Cunha de Lima

Grupo de referência técnico científico do projeto CAAJ

Débora Santana

Deise Benedito

Lucia Xavier

Enéias da Rosa

Julia Ávila Franzoni

Mônica de Alkmim

Moreira Nunes

Pedro Strozenberg

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social participativo do Complexo do Borel / coordenação
Manuela Amaral. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Ibase : Brota na Laje, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-992534-6-1

1. Comunidade Morro do Borel (Favela) - Aspectos sociais 2. Comunidade
Morro do Borel (Favela) - Indicadores socioeconômicos 3. Desenvolvimento
territorial 4. Diagnóstico social participativo 5. Indicadores sociais - Rio de
Janeiro (RJ) 6. Pesquisa social - Metodologia I. Amaral, Manuela.

22-132449

CDD-361.08153

Copyright 2022,Ibase

Divulgado sob licença Creative Commons

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	8
O BAIRRO DA TIJUCA	12
Localização	14
Rede viária	15
Hidrografia	18
Saúde.....	19
Educação	20
COMPLEXO DO BOREL.....	22
A região.....	24
Características locais.....	24
Breve histórico	26
Equipamentos públicos – qualidade dos serviços	32
Problemas e demandas	36
Desafios para a ação cidadã	38
Prioridades do território	39
Cidadania ativa local	41
REFERÊNCIAS	45





APRESENTAÇÃO

Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase

O Diagnóstico Social Participativo é uma etapa metodológica utilizada pelo Ibase em suas ações em territórios de favelas e periferias. Ele é uma ferramenta construída participativamente que reúne informações relevantes sobre a realidade local, apresentando um retrato datado da configuração social organizativa do território, suas principais demandas e questões relativas à efetivação dos direitos de cidadania no território. Por meio do diagnóstico se constitui uma base comum de reflexão sobre as potencialidades e questões desafiadoras mais recorrentes nos locais.

Por isso realizamos a construção coletiva do diagnóstico social tanto nos projetos do Ibase de Desenvolvimento Local quanto nos projetos que utilizam a Metodologia Incid, quando aplicados em territórios periféricos e de favelas. Se constitui como um instrumento importante de apoio à tomada de decisão em todas as ações de mobilização que serão deslançadas em seguida e nas etapas posteriores de trabalho dessas metodologias de ação do Ibase.

No projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça, os dados e informações apresentados no diagnóstico social participativo foram coletados a partir de pesquisa em fontes secundárias oficiais e fontes primárias. Os dados secundários foram reunidos por sua equipe técnica em conjunto com representantes do território que participam do projeto como supervisores e articuladores locais. Os dados primários foram reunidos por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas individuais e em pequenos grupos reunindo a cidadania ativa local (representantes de instituições, grupos associativos, de ONGs, de coletivos e moradores ativistas) em torno da reflexão sobre o retrato atual do território e suas principais demandas e desafios à atuação cidadã. Todos os dados foram sistematizados

em um pré-diagnóstico que voltou para o território em encontros de discussão a fim de torná-lo o mais completo possível. Assim, o documento foi criticado, ajustado, enriquecido e complementado pelos atores e parceiros institucionais locais e consolidado em sua versão final.

As informações contidas neste diagnóstico social participativo auxiliarão na definição das ações prioritárias que deverão ser consideradas na formulação dos Planos de Ação/Agendas de Incidência, servindo de pano de fundo para o planejamento de estratégias de atuação social da cidadania ativa do território.

Nosso objetivo com a construção participativa do diagnóstico social é estabelecer um processo coletivo de reflexão e aprendizagem que culmina na produção de um documento base que é ao mesmo tempo instrumento para a definição das ações prioritárias que deverão ser consideradas na formulação de Planos de Ação ou Agendas de Incidência, servindo assim de pano de fundo para o planejamento de estratégias de atuação política da cidadania ativa do Território.

Rita Corra Brandão

Diretora do Ibase

Coordenadora geral do projeto

Cidadania Ativa e Acesso à Justiça



A black and white photograph of a street in a favela. In the background, a steep hillside is covered with dense vegetation and numerous small, closely packed houses. In the foreground, a street runs diagonally. On the right side of the street, there are several buildings. One building has a sign with the name 'João Joaquim' and two phone numbers: '3238-2782' and '99642-4878'. A person is walking on the street, carrying a bag. A white van is parked on the right side of the street. The overall scene depicts a typical urban environment in a favela.

INTRODUÇÃO

Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase

O Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça, desenvolvido pelo Ibase em parceria com o Coletivo Brota na Laje, tem como proposta potencializar a participação cidadã e auxiliar as organizações da sociedade civil na participação e na luta em torno da garantia de direitos, da denúncia das violências e violações e do impulsionamento do acesso aos mecanismos de justiça.

É de conhecimento geral que as favelas e as periferias têm seus direitos constantemente violados, e a ausência de políticas públicas adequadas revela as inconstitucionalidades que agravam as violações de direitos humanos. Deste modo, a construção do diagnóstico teve como método garantir a escuta e a participação das pessoas residentes nos territórios do Complexo do Borel a fim de exemplificar as demandas e as necessidades dos moradores. A construção do diagnóstico social objetivou ampliar o conhecimento de militantes e lideranças de espaços periféricos e de favelas sobre direitos humanos no intuito de fortalecer os processos de participação cidadã e de reivindicação de direitos.

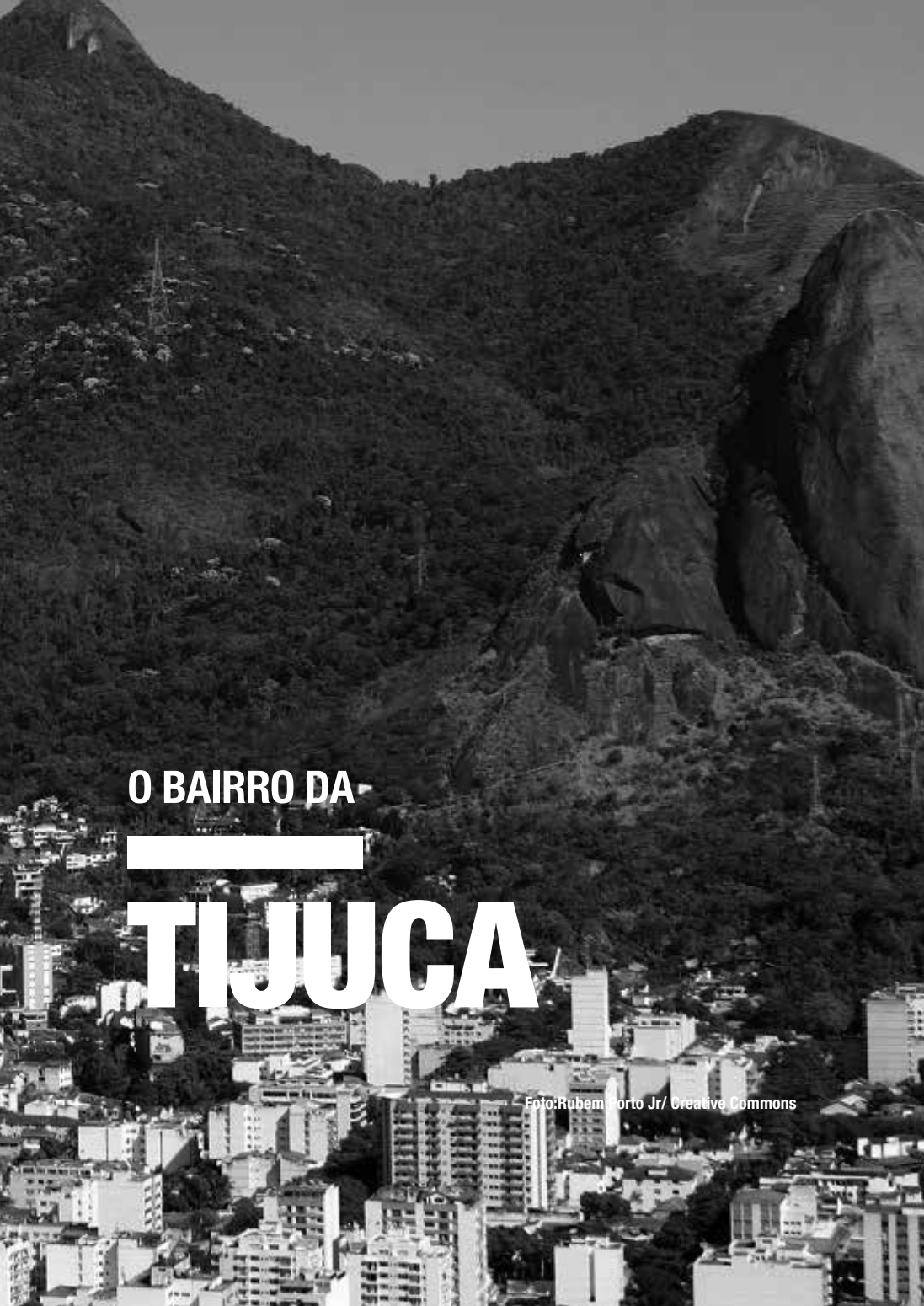
Foram identificados(as) representantes no território e cada um(a) buscou outras pessoas para participarem da entrevista sobre as percepções dos direitos efetivados e violados dentro do Complexo. Foram mobilizados, de forma presencial, representantes das OSCs e moradores do território que participaram dos encontros virtuais para a construção deste Diagnóstico Social Participativo no fim de 2021 e início de 2022. O Diagnóstico Social Participativo é uma ferramenta de apoio para ações de incidência a serem desenvolvidas pelas OSCs no território e para a valorização da percepção dos moradores sobre as políticas públicas que devem ser implantadas no território. Foi uma construção coletiva sobre as características da comunidade

somadas a dados secundários (informações públicas oficiais) que definiu um conjunto de informações condizentes com a realidade local.

Nos encontros, foram discutidas em três etapas as principais violações de direitos do território: no primeiro momento, foram levantados dados que constituíram as primeiras informações do diagnóstico; em seguida, foi realizada a leitura do documento com as OSCs para validar as informações e, em sequência, as críticas e os comentários dos participantes foram adicionados ao diagnóstico. Para a elaboração do diagnóstico, foi feito um estudo de forma coletiva com o objetivo de aprimorar os dados e as referências sobre informações socioculturais do Complexo do Borel.

**Equipe de campo do
Complexo do Borel**



A black and white photograph of a cityscape, likely Rio de Janeiro, with a large, forested mountain in the background. The city is densely packed with buildings, and the mountain features a prominent rocky peak on the right side. The text 'O BAIRRO DA' is overlaid on the left side of the image, followed by a thick horizontal line and the word 'TIJUCA' in large, bold, white capital letters.

O BAIRRO DA

TIJUCA

Foto: Rubem Porto Jr/ Creative Commons

LOCALIZAÇÃO

A Tijuca está situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e tem como bairros adjacentes Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Estácio e Rio Comprido. Por sua localização, permite o acesso a outros bairros e regiões da cidade, como zona norte, zona sul, zona oeste (Barra) e centro.

O bairro comporta uma das maiores florestas urbanas do mundo, a Floresta da Tijuca. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, a Tijuca possui 163.805 habitantes que residem em 67.183 domicílios particulares permanentes.

Neste bairro, existem as seguintes favelas: Salgueiro, Chacrinha, Catrambi, Formiga, Coreia e o Complexo do Borel, formado por Indiana, Chácara do Céu, Casa Branca e Borel.

O bairro concentra um grande centro comercial com diversas lojas de rua, galerias comerciais e shoppings no entorno de uma das suas principais vias, a Rua Conde de Bonfim. Outra característica do bairro é o grande número de profissionais liberais, escolas particulares, consultórios médicos e unidades de saúde privada.

A Tijuca tem na Praça Saens Peña outro importante centro comercial, o que faz o setor de comércio e a prestação de serviços serem atividades primordiais do bairro. De acordo o Instituto Pereira Passos¹ (IPP), o bairro da Tijuca, em 2020,

¹ Número de normas por atividade econômica segundo as Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA) e bairros no município do Rio de Janeiro em 2005-2020.

possuía 44.588 postos de trabalho distribuídos pelos seguintes segmentos:

NÚMERO TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO EM 2020	
Indústria de transformação	906
Serviços industriais de utilidade pública	34
Construção civil	694
Comércio	10.482
Serviços	31.761
Administração pública direta e autárquica	711
Total	44.588

Fonte: Instituto Pereira Passos (2020).

REDE VIÁRIA



RODOVIÁRIA

O bairro da Tijuca, através de suas ruas e avenidas, estabelece ligação com outros bairros e outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

A Avenida Maracanã, responsável por ligar a Muda à Praça da Bandeira, é importante acesso da Tijuca ao centro da cidade e também acesso ao estádio do Maracanã. A Rua Conde de Bonfim, uma das mais importantes do bairro, é responsável por ligar a Tijuca ao bairro do Alto da Boa Vista. No seu sentido inverso, a Conde de Bonfim é um acesso ao centro da cidade. A

Rua Haddock Lobo é a continuação da Rua Conde de Bonfim e liga o bairro ao centro da cidade e à zona sul através do Túnel Rebouças. A Rua Mariz e Barros tem seu início na Praça da Bandeira e se estende até a Rua São Francisco Xavier. Já a Rua São Francisco Xavier se estende até a Rua 24 de Maio, estabelecendo ligação entre a Tijuca e os bairros Riachuelo, Rocha, Sampaio, Engenho Novo, Méier e demais bairros da zona norte. A Rua Uruguai é uma via de acesso da Tijuca aos bairros do Grajaú e Andaraí e nela também está localizada a estação final da linha do metrô.

Nesse sentido, é grande o fluxo de linhas de ônibus que utilizam as ruas e as avenidas do bairro para estabelecer ligação com diferentes regiões da cidade e com outros municípios. Algumas dessas linhas fazem o seu ponto final em sub-bairros, como a Usina, na Praça da Saens Peña ou no seu entorno. Esses locais, atualmente, abrigam 13 pontos finais.

LINHAS DE ÔNIBUS COM PONTO FINAL NO BAIRRO			
Linha	Nome	Trajeto	Modalidade
621	Penha x Saens Peña	Via Mangueira	Municipal
622	Penha x Saens Peña	Via Grajaú	Municipal
623	Penha x Saens Peña	Via Túnel Noel Rosa	Municipal
625	Olaria x Saens Peña	Via Méier	Municipal
638	Marechal Hermes x Saens Peña	–	Municipal
639	Jardim América x Saens Peña	Via Rocha Miranda	Municipal
603	Usina x Saens Peña	Via São Miguel	Municipal
608	Grajaú x Saens Peña	Via Tijolinho	Municipal
605	Vila Isabel x Saens Peña	–	Municipal
627	Inhaúma x Saens Peña	Via Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)/Méier	Municipal

LINHAS DE ÔNIBUS COM PONTO FINAL NO BAIRRO			
Linha	Nome	Trajetos	Modalidade
629	Irajá x Saens Peña	Via Uerj	Municipal
630	IAPI da Penha x Saens Peña	Via Uerj/Benfica	Municipal
645	Alvorada x Saens Peña	Via Alto da Boa Vista	Municipal
410	Gávea x Saens Peña	Via Lapa	Municipal
L489	Duque de Caxias x Saens Peña	Via Praça das Nações	Intermunicipal

O terminal Professor Carlos Manes Bandeira, localizado no sub-bairro da Usina, ao lado do Complexo do Borel, concentra o ponto final das seguintes linhas:

LINHAS DE ÔNIBUS COM PONTO FINAL NO TERMINAL PROFESSOR CARLOS MANES BANDEIRA			
Linha	Nome	Trajetos	Modalidade
220	Usina x Candelária	Via Saens Peña/ Central	Municipal
415	Usina x Leblon	Via Central/Lagoa	Municipal
229	Usina x Carioca/Castelo	Via Cruz Vermelha	Municipal
426	Usina x Jardim de Alah	Via Túnel Santa Barbara	Municipal
603	Saens Peña x Usina	Via São Miguel – integração com o metrô	Municipal

Há, ainda, diversas linhas advindas de outros bairros da zona sul, da zona norte e da zona oeste do Rio de Janeiro que cortam o bairro da Tijuca, como a linha 607 Cascadura x Estácio, a linha 606 Engenho de Dentro x Rodoviária, a linha 422 Grajaú x Cosme Velho, a linha 645 Saens Peña X Alvorada, entre outras.

METROVIÁRIA

A Linha 1 do metrô tem sua estação final na Rua Uruguai e dispõe de mais três estações no bairro: estação Saens Peña, estação São Francisco Xavier e estação Afonso Pena. Tendo como ponto final o bairro de Botafogo, a Linha 1 permite que os moradores do bairro da Tijuca acessem o centro da cidade e os seguintes bairros: Glória, Catete, Largo do Machado, Flamengo, Botafogo e Copacabana.

FERROVIÁRIA

A estação do Maracanã é o principal acesso dos moradores da Tijuca ao sistema de transporte ferroviário. A partir da estação do Maracanã, é possível ter acesso a todos os ramais em funcionamento — Deodoro, Santa Cruz, Japeri, Belford Roxo, Saracuruna — e à estação Central do Brasil.

HIDROGRAFIA



A região da Tijuca, com os bairros do Maracanã, de Vila Isabel e do Andaraí, compõe a bacia hidrográfica do Rio Joana, que é uma sub-bacia do Canal do Mangue, uma das bacias mais antigas, urbanizadas e problemáticas da cidade.

O bairro é cortado pelos rios:

- Maracanã, com 9,6 km de extensão, sua vertente é no bairro do Alto da Boa Vista e sua foz, no Canal do Mangue.
- Trapicheiro, com 6,3 km de extensão, sua vertente é na Serra Carioca e sua foz, no Rio Maracanã.

- Rio Cascata, com 1 km de extensão, sua vertente é na parte noroeste do Morro da Formiga.
- Rio Agostinho, com 1,5km, sua vertente é na Rua Agostinho e sua foz, no Rio Maracanã.

SAÚDE



O município do Rio de Janeiro está inserido na Região Metropolitana de Saúde I do estado do Rio de Janeiro. A Secretaria Municipal de Saúde trabalha, desde 1993, com a divisão da cidade em dez áreas de Planejamento em Saúde (AP). O bairro da Tijuca é classificado como AP 02, tendo a Coordenadoria Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento 2.2 (CAP 2.2) responsável por controlar os serviços e executar as ações de saúde, administrativas e orçamentárias.

A região da grande Tijuca e seu entorno é composta por um conjunto de equipamentos públicos de saúde.

Gestão Federal:

- Hospital Federal do Andaraí;
- Hospital Universitário Gaffree Guinle;
- Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Gestão Estadual:

- Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe)/Uerj.

Gestão municipal:

- Policlínica Hélio Pellegrino;
- Centro Municipal de Saúde Carlos Figueiredo Filho;
- Centro Municipal Saúde Casa Branca;
- Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão.

EDUCAÇÃO



Unidades de educação da esfera federal

Ensino Superior:

- Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ);
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
— Campus Medicina.

Ensino Fundamental e Médio:

- Colégio Pedro II.

Ensino Médio:

- Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Unidades de educação da esfera estadual

Ensino Superior:

- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Ensino Médio:

- Colégio Estadual Antônio Prado Júnior;
- Colégio Estadual Herbert de Souza;
- Colégio Estadual Paulo de Frontin;
- Colégio Estadual Chico Anysio;
- Colégio Estadual Soares Pereira;
- Colégio Estadual Afonso Pena;

Unidades de educação da esfera municipal

Educação Infantil:

- Creche Municipal Raio de Sol;
- Creche Municipal Cantinho do Céu;
- Creche Municipal Professor Paulo Freire;
- Creche Municipal dos Sonhos;

- Creche Municipal Doutor Sérgio Arouca;
- Creche Municipal Raízes do Salgueiro;
- Creche Municipal Tia Bela;
- Creche Municipal Tia Maria;
- Creche Municipal Doutor Ronaldo Luiz Gazolla;
- Espaço de Desenvolvimento Infantil Borel;
- Espaço de Desenvolvimento Infantil Chácara do Céu;
- Escola Municipal Dr. Marcelo Candia.

Ensino Fundamental — Primeiro Segmento (do 1º ao 6º ano):

- Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Doutor Antoinne Magarinos Torres Filho;
- Escola Municipal Mário Faccini;
- Escola Municipal Barão de Itacurussá;
- Escola Municipal Almirante Barroso;
- Escola Municipal Jornalista Brito Broca;
- Escola Municipal Bombeiro Geraldo Dias;
- Escola Municipal Frei Cassiano;
- Escola Municipal Leitão da Cunha;
- Escola Municipal Mário Veiga Cabral.

Ensino Fundamental — Primeiro e Segundo segmentos (do 1º ao 9º ano):

- Escola Municipal Soares Pereira;
- Escola Municipal Laudimíia Trotta;
- Escola Municipal Orsina da Fonseca;
- Escola Municipal Francisco Cabrita;
- Escola Municipal General Euclides da Cunha.



Foto:Samuel Tosta/Arquivo Ibase



COMPLEXO DO BOREL

A REGIÃO



O Complexo do Borel é formado pelas comunidades do Borel, Indiana, Chácara do Céu e Casa Branca e encontra-se entre os sub-bairros da Muda, da Usina e o bairro do Andaraí. Localizado na região norte da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Borel possui uma área de 361.912,0 m², com latitude -22.938 e longitude -43.2594, e encontra-se nos limites do Parque Nacional da Tijuca, estando inserido como Área Estratégica Externa (AEE).

A principal rua do bairro da Tijuca, a Rua Conde de Bonfim, faz limite com a comunidade Indiana e a Rua São Miguel, que corta as comunidades Indiana e do Borel. A Rua São Miguel também serve de acesso para as comunidades Chácara do Céu, Casa Branca e do Borel.

O Complexo do Borel faz limite com os sub-bairros Muda e Usina e os bairro Alto da Boa Vista e Andaraí.

CARACTERÍSTICAS LOCAIS



O Complexo do Borel constitui um território onde cada comunidade carrega sua história e suas particularidades, ao mesmo tempo em que existe uma identificação comum com o conjunto de comunidades que o formam. Os atores sociais locais das quatro comunidades — Indiana, Chácara do Céu, Casa Branca e Borel —, que fizeram parte da construção participativa des-

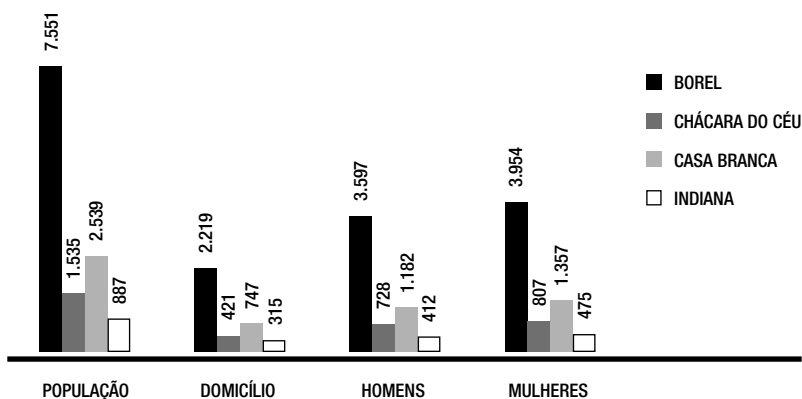
te diagnóstico, apontam um sentimento coletivo de pertencimento a este território baseado em ações compartilhadas em processos de resistência e na construção de uma capacidade de mobilização do território como um todo.

Entre as características positivas apresentadas durante as entrevistas, está a mobilidade, neste caso, o acesso ao transporte público. O rápido acesso à Floresta da Tijuca também foi apontando.

Com relação às características negativas, foram citadas a ausência de saneamento básico, a ausência de equipamentos culturais para atividades coletivas e de equipamentos públicos voltados para as crianças. Ainda nos aspectos negativos, a falta de segurança dos moradores, o machismo e a homofobia foram apontados como características presentes no território. Segundo as pessoas entrevistadas, manifestações de machismo e homofobia dificultam a participação de estudantes em atividades culturais, como dança e oficinas de artes cênicas.

Dados demográficos do Complexo do Borel

Dados Demográficos Borel, Chácara do Céu, Casa Branca e Indiana



O Complexo do Borel, de acordo com Censo demográfico do IBGE de 2010, apresenta uma população de 12.512, sendo 6.593 mulheres e 5.919 homens, residindo em 3.702 domicílios. A cidadania ativa local aponta uma população total de 20 mil habitantes. Abaixo, temos o gráfico com a população e os domicílios dividido por comunidade.

BREVE HISTÓRICO



MORRO DO BOREL

A história do Borel é marcada por luta e mobilização social desde o início de sua formação. Os primeiros registros de ocupação do Borel datam de 1921, quando o Sr. Manoel Isidério ocupou terras devolutas² e passou a alugar os terrenos para trabalhadores, permitindo que fizessem a construção de casas de pau a pique. Tendo em vista o aumento vertiginoso do número de trabalhadores provenientes tanto de outros estados como de outros países, Isidério construiu mais casas e passou a alugá-las no morro. Tal fato se deu em virtude do surgimento de inúmeras vagas de trabalho para as obras de modernização da cidade do Rio de Janeiro (capital federal àquela época) para a preparação da Exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922). Além do aumento do fluxo de trabalhadores,

² Áreas remanescentes de sesmarias que foram transferidas ao domínio do estado após a Proclamação da República, em 1889.

também ocorreram remoções (como no caso do Morro do Castelo), o que ocasionou a migração de muitas famílias e, conseqüentemente, a procura por locais de baixo custo para moradia de todas essas pessoas (GOMES, 1980).

Após 11 anos, Isidério vendeu as terras por ele ocupadas a outra pessoa (Dona Hortênsia) que, após cinco anos, as repassou para dois portugueses (Daniel e Pacheco). Em 1945, eles negociaram as terras com o dono de uma fábrica de cigarros chamada Seda Moderna, subsidiária da imobiliária Borel Meuron Ltda. (que, na época, era uma grande construtora de diversos imóveis na Tijuca). A imobiliária passou, então, a emitir notificações aos moradores para que se retirassem das terras no prazo de 90 dias, sob pena de processos judiciais de despejo, revoltando alguns moradores que passaram a defender veementemente seus baracos contra o risco da remoção (GOMES, 1980).

A luta organizada pela comunidade contra a remoção recebeu apoio de organizações e pessoas de fora do território, como o caso do advogado Antoine de Margarino Torres que, com os moradores, conseguiu garantir a permanência da população local. Por causa dele, houve a formalização, em 1954, de uma associação de moradores. Na associação, havia o pagamento de pequenas quantias mensais por todos os seus componentes, o que tornou possível o pagamento dos custos da demanda judicial contra a Imobiliária Borel Meuron.

O Complexo do Borel foi, assim, a primeira comunidade a criar uma associação de moradores no município do Rio de Janeiro, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF). A luta pela permanência dos moradores no Borel perdurou por anos, sendo constantes as ameaças feitas pelo grupo Seda Moderna, desencadeando ocupações, pelos moradores, de prédios públicos (como o Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do

Rio de Janeiro, e o Palácio do Catete, então sede do governo federal), muitas vezes, com reações violentas por parte das autoridades estatais. Com a posterior vitória judicial (da suspensão da expulsão dos moradores do Morro do Borel), a UTF ampliou suas atividades, atuando também em outras favelas que passassem pelas mesmas situações vivenciadas no Borel (BENEVIDES, 2016). Durante o regime militar de 1964, a UTF foi obrigada a mudar o nome para União dos Moradores do Morro do Borel (VELLOSO, 2012).

Importante ressaltarmos o protagonismo feminino na luta pela garantia dos direitos no Borel. Dentre os inúmeros episódios de tentativa de intimidação e de violência contra os moradores do Morro do Borel, as mulheres, em diversos momentos, se fizeram presentes e tomaram a liderança da resistência, por exemplo, quando interromperam a construção de uma estrada que estava sendo construída pela Seda Moderna e expulsaram um dos engenheiros, que “acabou hostilizado pelo piquete antiestrada feito pelas mulheres que lhe tiraram as calças, fazendo-o descer o morro de cuecas debaixo de uma tremenda vaia e de impropérios de baixo calão, causando-lhe um vexame sem precedente.” (GOMES, 1980, p. 54). Tal ação teve por consequência expedição de ordem de prisão do presidente da UTF, e foram as mulheres (cerca de 200) que impediram a polícia de levá-lo para a cadeia. Há também registros da participação efetiva de muitas mulheres que passaram a atuar na defesa dos seus lares, impedindo novas construções, nas compras e vendas de barracos, nas ocupações em prédios públicos e nas inúmeras audiências realizadas (GOMES, 1980).

No processo histórico desta comunidade, a Igreja Católica é bastante reconhecida pelo trabalho de ajuda humanitária realizado na década de 1970, tendo à frente o Padre Olinto

Pegoraro, liderança comunitária que teve imensa importância na formação de diversos ativistas da região. Nesse mesmo período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) levou médicos e outros profissionais para trabalhar no local (ação também reconhecida por seus moradores), utilizando as consultas como estratégia para fomentar, nos moradores, debates e discussões políticas para criação de movimentos de base comunitária (MONTEIRO, 2004 apud VELLOSO, 2012).

Em 2003, outro fato de bastante relevância marca o território: em 16 de abril, ocorre a chacina do Borel, quando quatro jovens são brutalmente assassinados por policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar no interior da comunidade. As mobilizações em torno do caso, inclusive, com denúncias a organizações internacionais de direitos humanos, garantiram que o caso não fosse esquecido, já que, em um primeiro momento, os policiais alegaram legítima defesa. A luta por justiça mobilizou a comunidade, que realizou, no dia 7 de maio de 2003, a caminhada que saiu do Borel em direção à Praça Saens Peña e contou com cerca de mil pessoas, entre moradores, membros de movimentos sociais e representantes das outras comunidades da Tijuca e de outras regiões, como Vidigal, Vigário Geral e Complexo da Maré. Esta ação tornou-se um movimento social, atuante em todo o território do estado do Rio de Janeiro, e deu origem à Rede de Comunidades Contra a Violência³.

A partir deste episódio, a questão da segurança pública passa a ser um tema com grande capacidade de mobilização no território, influenciando a constituição de organizações e redes locais ligadas ao tema dos direitos humanos e da segurança pública.

³ Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro_do_Borel_\(mem%C3%B3rias\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro_do_Borel_(mem%C3%B3rias)). Acesso em: 12 set. 2021.

Em 2010, foi instalada a oitava Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) após um período de ocupação do território pelo Batalhão Operações Policiais Especiais (Bope). Segundo os moradores, a instalação da sede da UPP na localidade da Chácara do Céu permitiu que a polícia militar tivesse acesso aos demais pontos do território. Benevides (2016) afirma que, a partir da instalação da UPP no Complexo do Borel, o território passou a ser regido pelas normas do comando da UPP, que estabeleceu horários para a livre circulação de pessoas, bem como proibiu a realização de qualquer evento sociocultural que não tenha a prévia aprovação do Comando (como festas de aniversário, batizados, rodas de samba e funk).

Em 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou processo de remoção de toda a comunidade da Indiana, alegando que ali era área de risco. A resistência dos moradores da comunidade e a articulação com outras comunidades, organizações e movimentos sociais garantiram a permanência de boa parte dos moradores através de ação judicial (que ainda está em trâmite). Atualmente, os moradores permanecem vigilantes e organizados contra qualquer nova tentativa de removê-los⁴.

Em 2012, o Comando da UPP do Borel intensificou seu poder policial e a repressão em torno da livre circulação da população, com a instauração, no dia 28 de novembro, do toque de recolher às 21h, reprimindo moradores que se encontrassem fora de suas casas a partir deste horário e obrigando o fechamento de estabelecimentos comerciais. Diante da violação do direito civil constitucional de ir e vir, algumas lideranças e moradores resolveram protestar.

⁴ Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10238>. Acesso em: 12 set. 2021.

A reação veio por meio de uma convocação, via rede social, para os moradores realizarem o Ocupa Borel no dia 5 de dezembro de 2012. Tendo como referência o *Occupy Wall Street*⁵, as duas moradoras que iniciaram o movimento lançaram a ideia na rede social e, depois, iniciaram as articulações com as organizações de dentro e de fora do território chamando para uma reunião sobre a organização do ato. Estiveram presentes nessa reunião, o assessor da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, professores da Uerj e outras instituições de fora da comunidade que apoiaram a realização do evento. De forma conjunta, jovens do Complexo de Favelas do Alemão, que também sofriam abusos de autoridade decorrentes da ocupação militar do território, organizaram o Ocupa Alemão, no mesmo dia e horário.

O local escolhido para realizar o Ocupa Borel foi a entrada do Ciep Dr. Antoine Magarinos Torres Filho, com o microfone aberto para que os moradores pudessem se expressar através da fala, do canto, da dança ou de qualquer manifestação que pudesse descrever os sentimentos com relação ao que eles estavam vivendo naquele momento. Também estiveram presentes, diversas organizações do território e de fora, que vieram prestar solidariedade e apoio. Houve apresentações culturais e religiosas por movimentos, grupos culturais e instituições religiosas. A mobilização e a repercussão do evento fizeram as autoridades de segurança da época irem a público informar que estavam apurando os fatos relacionados ao toque de recolher.

5 As ações do Occupy Wall Street consistem em ocupar um espaço público, que pode ser uma praça ou um parque. Ocupando fisicamente esses espaços, os manifestantes transformam o lugar em local de debates e discussões sobre como enfrentar o poder opressor e violento do estado e do capital financeiro. Entre os autores que analisaram esse movimento, destaque para Harvey (2014).

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS – QUALIDADE DOS SERVIÇOS



SAÚDE

O Complexo do Borel possui dois equipamentos de saúde municipais: A Clínica da Família Carlos Figueiredo Filho, localizada na comunidade do Borel, e a Clínica da Família Casa Branca, localizada na comunidade Casa Branca, que fazem parte da Área de Planejamento 02 (AP02), tendo a Coordenadoria Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento (CAP) — CAP 2.2.

A Clínica da Família Carlos Figueiredo Filho possui os seguintes serviços especializados: atenção primária; serviço de atenção ao paciente com tuberculose; serviço de atenção ao pré-natal, parto e nascimento; serviços de atenção em saúde bucal; atenção integral em hanseníase; controle de tabagismo; coleta de materiais biológicos e práticas integrativas e complementares. Realiza atividades em grupo nas escolas e nas creches e com grupos de idosos, de jovens, entre outros. Atua no Morro do Borel e na Indiana. Crítica feita à Clínica da Família Carlos Figueiredo Filho é com relação aos profissionais que atuam nessas unidades. Moradores questionam a falta de acompanhamento das famílias através de visitas domiciliares das equipes ou mesmo a ausência de campanhas (vacinação, higiene bucal, combate à tuberculose).

A Clínica da Família Casa Branca atende as comunidades Casa Branca e Chácara do Céu e possui os seguintes serviços: visita domiciliar; saúde bucal; vacinação; pré-natal; exames

de raio-x; eletrocardiograma; exames laboratoriais: sangue, urina e fezes; ultrassonografia; curativos; planejamento familiar; vigilância em saúde; teste do pezinho; tratamento e acompanhamento de pacientes diabéticos e hipertensos. Tem sua atuação dividida em sete microáreas de abrangência, atendidas por duas equipes: Equipe Acolhimento e Equipe Vita Care.

A Clínica da Família Carlos Figueiredo Filho realiza um processo de participação social por meio do Conselho de Gestão Participativa, aberto à participação de todas as pessoas atendidas pela clínica. Esse espaço funciona de forma consultiva.

Outra instância que permite a participação da cidadania ativa é o Conselho Distrital de Saúde, que tem como participantes as entidades e as organizações do Complexo do Borel que estejam legalmente constituídas.

EDUCAÇÃO

As unidades públicas de educação existentes no território são de gestão municipal e estadual e estão distribuídas por diferentes partes do Complexo do Borel.

Unidades Municipais

Educação infantil (de 2 a 4 anos):

- Creche Municipal Raio de Sol;
- Creche Municipal Cantinho do Céu;
- Creche Municipal Casa Branca — Professor Paulo Freire;
- Espaço de Educação Infantil Chácara do Céu (de 4 a 5 anos).

Ensino Fundamental — Primeiro Segmento (do 1º ao 6º ano):

- Ciep Doutor Antoine Magarinos Torres Filho.

A principal crítica apresentada sobre os equipamentos públicos de educação é a falta de vagas. O número de creches e escolas municipais foi avaliado como insuficiente. A falta de vagas nos equipamentos de educação localizados no Complexo do Borel obriga a pais e alunos a procurarem vagas em outras unidades fora da comunidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Centro de Referência da Assistência Social (Cras) Tijuca é responsável por atender a população do Complexo do Borel (Borel, Indiana, Casa Branca, Chácara do Céu); dos bairros Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira e Tijuca; das comunidades do Alto da Boa Vista (Tijuaçu, Mata Machado, Maracaí, Furnas, Agrícola, Ricardinho, Biquinha, Taquara, Fazendinha e Vale Encantado); da Tijuca (além do Complexo do Borel, Formiga, Salgueiro, Correia e Complexo do Turano - Liberdade e Chacrinha —, Canto do Sabiá, Dr. Catrambi); e da Praça da Bandeira (Vila Mimosa).

O Cras Tijuca foi mencionado como uma instituição que desenvolve parcerias com algumas ONGs do território na construção de redes de apoio às famílias. Realiza o Programa Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além de promover o acesso a benefícios assistenciais, como CadÚnico e o Programa Bolsa Família (PBF).

COLETA DE LIXO

As moradoras e os moradores, bem como lideranças de organizações e movimentos do território que colaboraram na construção deste diagnóstico participativo, destacam o serviço de

coleta de lixo como um serviço público de péssima qualidade e que afeta o cotidiano dos moradores, promovendo deslizamentos de terra e entupimentos da rede fluvial do Complexo do Borel. Consideram o lixo como um problema grave. Destacam que a empresa pública responsável pelo recolhimento do lixo tem ampliado o número de funcionários e equipamentos no território, mas todo esse esforço ainda é insuficiente para resolver a questão do lixo.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

Internamente, a maior parte deste território é atendida pelo sistema de transporte alternativo através da utilização de kombis. As duas principais vias de acesso são a Estrada da Independência, que liga o Borel à Chácara do Céu, e a Estrada da Casa Branca, que liga a Casa Branca à Chácara do Céu. Outra forma de transporte no território é a rede de mototáxis, espalhada por diferentes pontos do Complexo. Há também um crescimento do número de motoristas de aplicativos que circulam apenas no próprio território, tornando-se uma nova alternativa de transporte para a população da comunidade.

Com relação à avaliação da mobilidade no território, os aspectos positivos destacados apontaram o fácil acesso às diferentes partes da cidade a partir do sistema de transporte público, com destaque para os ônibus.

PROBLEMAS E DEMANDAS



Os problemas e as demandas apontados no território apresentam um conjunto de pontos comuns entre as comunidades que compõem o Complexo do Borel. Entre os pontos comuns, destaca-se o acúmulo de lixo decorrente de um recolhimento precário do lixo em todo o Complexo, que causa o entupimento das galerias e valas de escoamento de água da chuva. Outro exemplo é a falta de equipamentos culturais públicos, demanda compartilhada por todas as comunidades do Complexo do Borel. Por fim, a questão da segurança pública é também identificada como um problema por todas as comunidades que compõem o Complexo do Borel.

Apresentamos a seguir os problemas e as demandas existentes no território do Complexo do Borel:

- Segurança pública — operações recorrentes e violência policial.
- Saúde — falta de médicos e falta de medicamentos.
- Falta de espaços públicos de qualidade, por exemplo, praças públicas.
- Demanda por creche — não há vaga em creche para todas as crianças em idade pré-escolar no Complexo.
- Violência doméstica e violência contra crianças.
- Machismo, que impede crianças de participarem de atividades lúdicas e culturais.
- Homofobia, que impede crianças de participarem de atividades lúdicas e culturais.



**O recolhimento do lixo é considerado precário em todo o Complexo do Borel.
Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase**

- Falta de água nas residências da Comunidade do Borel.
- Falta de saneamento básico, principalmente, na Comunidade do Borel.
- Falta da coleta de lixo apropriada.
- Moradia adequada para a população que mora próximo ao Rio Maracanã, na Comunidade Indiana.

DESAFIOS PARA AÇÃO CIDADÃ

A partir das entrevistas realizadas no território, foi possível identificar como desafio para a cidadania ativa maior participação da população nas instituições da sociedade civil e organizações comunitárias do território.

Entendemos como cidadania ativa o direito fundamental de todas e todos, sem distinção, a ter direitos. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, pelas organizações populares e pelas instituições do território que atuam na defesa dos direitos é o exercício da cidadania ativa.

A existência de organizações comunitárias tradicionais, como associação de moradores, e as novas formas organizativas, mais recentes, como os coletivos e as plataformas, são outro ponto presente nas falas das entrevistadas e dos entrevistados. O convívio, nem sempre harmonioso, entre essas duas formas organizativas está, assim, também presente nas análises em torno dos desafios para a ação cidadã. De um lado, temos as associações de moradores e todas as conquistas históricas realizadas nas décadas passadas, além do reconhecimento

formal por parte das instituições públicas como os principais representantes dos moradores do território. De outro lado, temos as organizações constituídas por afinidades com relação a temas ou formulações ideológicas sem uma estrutura hierárquica de tomada de decisão.

Para além de estrutura de funcionamento e definição de uma pauta de ação, as duas formas organizativas enfrentam o mesmo desafio para a cidadania ativa: garantir a efetiva participação da população do território.

Para alguns entrevistados, a falta de maior participação por parte dos moradores nessas organizações acaba por manter algumas lideranças sem uma devida renovação, já que não existem novos atores capazes de ajudar nesse processo. Outros entrevistados relacionaram o fim de alguns projetos, desenvolvidos no território, com a falta de uma efetiva participação por parte dos moradores.

Alguns moradores relataram que algumas ações no território realizadas por organizações, coletivos ou ONGs acabam sendo interrompidas por conta da violência.

PRIORIDADES DO TERRITÓRIO



Alguns temas considerados como demandas locais foram também destacados como prioridades para a atuação cidadã. Elas se dividem entre a luta pela melhoria e manutenção dos serviços públicos existentes e a busca de novas políticas públicas que atendam a população do território.

O tema da segurança pública enquanto um direito de cidadania foi reivindicado como uma questão em todo o território. A menção da violência policial e do abuso de autoridade estiveram presentes na contribuição de diferentes moradores e representantes da sociedade civil local a este diagnóstico.

O segundo tema discutido como prioritário é o acesso a espaços públicos para a realização de atividades de lazer e culturais como praças públicas equipadas com estruturas para utilização por parte da população do território.

Por fim, o saneamento básico e a coleta de lixo foram apontados também como demandas históricas do território que precisam ser resolvidas com urgência, pois são vinculadas diretamente às condições de vida com dignidade para os moradores.



**O saneamento básico é uma das demandas históricas do território.
Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase**

CIDADANIA ATIVA LOCAL



O Complexo do Borel apresenta uma diversidade de organizações, militantes, movimentos e instituições que constroem cotidianamente a luta pela ampliação de direitos no território. A forte presença de coletivos que têm uma forma de organização com estrutura de gestão e decisões horizontais deve ser observada a partir do protagonismo da juventude local. A relação abaixo está organizada por temas de atuação. Foram registradas as seguintes presenças no território:

- **Juventude, Educação e Cultura:**

- Coletivo Brota na Laje;
- Vem para a Chácara;
- Bota Cara.

- **Lazer e Cultura:**

- Octo;
- DJ Biel do Borel;
- Rainha da Favela;
- Borearte;
- Cia Atoarte;
- Matheus Ferreira;
- Anderson Valentim.

- **Comunicação e Informação:**

- Rádio Grande Tijuca.

- **Desenvolvimento Local:**

- Instituto de Cidadania Unidos da Tijuca;
- Fundação São Joaquim.

- **Participação Social:**

Jocum — Jovens com uma Missão;
ONG Novo Horizonte.

- **Agricultura Familiar:**

Horta Comunitária do Borel.

- **Grupos comunitários:**

Mulheres Unidas pelo Reino;
Coronazap.

- **Associações comunitárias:**

Associação de Moradores do Morro do Borel;
Associação de Moradores da Indiana;
Associação de Moradores da Casa Branca;
Associação e Projeto Roda Viva;
Comissão de Moradores da Indiana.

Relação das pessoas que participaram da construção coletiva do Diagnóstico Participativo no território do Complexo do Borel:

- Alexandre Carvalho de Jesus — *presidente da Associação de Moradores da Casa Branca*
- Ana Caroline Cosme — *educadora social*
- Ana Paula de Jesus — *Associação de Moradores do Borel*
- Arthur Soares Moreno — *Tudo que nós tem é nós*
- Danielle Mendes Affonso — *Fundação São Joaquim*
- Emanuel Ferreira Gomes — *Associação de Moradores da Casa Branca*
- Fabiana Bitencourt — *Associação de Moradores do Borel*
- Haga Ribeiro da Silva — *moradora*
- Juliana Lima de Andrade — *Bota Cara Coletivo*
- Kenedy de Moraes Leme — *Jocum*

- Larissa Leão do Nascimento — *Brota na Laje*
- Lilian Barbosa — *Projeto Roda Vida*
- Lilian Maria da Conceição Valentim — *Mulheres Unidas pelo Reino*
- Marcello Claudio Nunes Deodoro — *Comissão de Moradores da Indiana*
- Maria do Socorro da Silva de Oliveira — *Associação de Moradores da Indiana*
- Marlon de Oliveira Barros — *Novo Horizonte*
- Marluce Brandão da Silva — *Projeto Roda Viva*
- Miramar Pereira Castilho — *Rádio Grande Tijuca*
- Mônica Santos Francisco — *deputada estadual*
- Natália de Lima Gomes de Oliveira — *Brota na Laje*
- Pamella Cristina Dias Xavier — *Borearte*
- Sara Graziela Ferreira Santos Borges — *Observatório de Demandas do Borel*
- Stéphane Marçal Sabino — *Brota na Laje*
- Tiago Luis Tadi da Costa — *artista*
- Vivian Kristinny Campos Silveira Dias Gonçalves — *Brota na Laje*
- Wendel Lima de Moura — *Brota na Laje*



Foto: Samuel Tosta/Arquivo Ibase

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Eduardo Maciel de; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. A presença da imigração portuguesa no bairro da Tijuca — RJ. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 5.; GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO, 2009, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. v. 1. p. 1-11.

CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 285-308, 2013.

BENEVIDES, Laíze Gabriela. **Ocupa Borel e militarização da vida**: violações de direitos humanos em uma favela militarmente ocupada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FGV SOCIAL. **R\$ Renda per capita — População Total e Favelas — Bairros — Rio de Janeiro**. Centro de políticas sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20–]. Disponível em: <https://cps.fgv.br/r-renda-capita-populacao-total-e-favelas-bairros-rio-de-janeiro>. Acesso em: 13 set. 2021.

FERREIRA DE MELO, João. Baptista. A geografia da grande Tijuca na oralidade, no ritmo das canções e nos lugares centrais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 25-63, 21 set. 2009.

GOMES, Manoel. **As lutas do povo do Borel**. Rio de Janeiro: Edições Mouro, 1980.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBASE. **Histórias de favelas da grande Tijuca contadas por quem faz parte delas**: Projeto condutores(as) de memórias. Rio de Janeiro: Ibase: Agenda Social Rio, 2006.

IBGE. **A população do Brasil: dados censitários — 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Mapa dos bairros do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP-Rio. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/fd187b5936214e9086be4e-2643f36c62/explore> Acesso em: 13 set. 2021.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Armazenzinho**: Dados do Rio — Bairros. Rio de Janeiro: IPP-Rio, [20–]. Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee>. Acesso em: 13 set. 2021.

MACHADO, Humberto Fernandes. Rio de Janeiro: sede da Corte e dos primeiros cafezais. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 12-17, 2020.

MORRO DO BOREL (MEMÓRIAS). In: DICIONÁRIO de Favelas Marielle Franco. Rio de Janeiro: Wikifavelas, [20–]. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro_do_Borel_\(mem%C3%B3rias\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro_do_Borel_(mem%C3%B3rias)). Acesso em: 22 set. 2022.

SILVA, Rafael Freitas da. **Rio antes do Rio**. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (ed.). **Favela como oportunidade**: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2012.



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS